

## A língua portuguesa e o caleidoscópio linguístico de Timor-Leste

Alexandre Cohn da Silveira  
Universidade Federal de Santa Catarina

### Introdução

Diferente do que muitos desavisadamente podem pensar, o cenário linguístico de Timor-Leste consiste em verdadeiro caleidoscópio multilíngue dentro do qual os idiomas em uso disputam espaços de prestígio sob diversos aspectos. Apesar de membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde a restauração de sua independência, em 2012, o país asiático vive uma lusofonia aparente que afeta as dinâmicas linguísticas cotidianas, participa de um sistema de privilégios e exclusões sociais, bem como está no centro de diversos discursos produzidos “para” e “pela” língua portuguesa no país. Não se trata de responsabilizar o idioma lusitano pelas questões expostas, mas sim de analisar criticamente essa lusofonia pretendida para Timor-Leste como parte de um projeto de construção do estado-nação e que faz parte de políticas linguísticas que não contemplam o multilinguismo e a diversidade cultural timorenses.

O que proponho neste estudo é uma discussão crítica, nos termos de Foucault (1990), dentro do campo investigativo das Políticas Linguísticas, aqui orientada por Makoni e Pennycook (2007), Shohamy (2006) e Blommaert (2006), acerca da ideologia linguística e do papel que a língua portuguesa ocupa em Timor-Leste, problematizando alguns discursos produzidos acerca da presença do idioma no país, com base em uma situação vivida por mim quando atuava profissionalmente em Timor-Leste<sup>1</sup>. Tenho clareza de que o espaço de um artigo é pouco para tanto a ser considerado sobre o tema escolhido, bem como, por mais que se faça uso de uma “neutralidade axiológica” weberiana (Weber, 2005), tentando não estabelecer juízos de valor acerca das questões abordadas, é impossível não me posicionar, ainda que discretamente, ao longo do texto. Penso que faça parte do papel político do intelectual suas escolhas teórico-metodológicas, assim como é eticamente honesto ressaltar que todo conhecimento vem de um lugar específico a partir de lugares de fala e orientações ideológicas bem determinadas.

---

1 Participei como docente da Cooperação Internacional entre Brasil e Timor-Leste, no âmbito do Programa de Qualificação de Docentes em Língua Portuguesa – PQLP/Capes – de 2012 a 2014.

Quando se experimenta as dinâmicas sociais no país, percebemos que a língua portuguesa está presente em espaços restritos, sendo utilizada por uma parcela pequena da população timorense, de forma pontual e geralmente em situações muito específicas, em ambientes e circunstâncias oficiais. Apesar de ser língua oficial<sup>2</sup>, juntamente à língua tétum – língua nacional majoritária – fazendo parte das situações de comunicação oficial (algumas) e sendo língua de instrução (teoricamente), para boa parte dos timorenses, as práticas cotidianas fluem com pouquíssimo (ou nenhum) uso do português, cabendo ao tétum, à língua indonésia e a outras línguas nacionais, o papel da interação entre os indivíduos. Dentro dessa realidade, o que me intrigou durante os anos que vivi no país diz respeito a como a língua portuguesa é institucionalizada pelo governo timorense – com grande trabalho colaborativo internacional – e o reflexo dessas políticas institucionais nas práticas linguísticas cotidianas dos timorenses. Há uma supervalorização da língua portuguesa em detrimento das línguas nacionais, uma espécie de tabu linguístico com relação ao uso da língua indonésia e um tratamento genérico dado às “línguas nacionais”, que, pautado em mitos linguísticos e numa linguística colonial, promovem um aspecto depreciativo dessas línguas, diretamente, e de seus falantes, por consequência.

Divido o texto em dois momentos: primeiramente, explico o que entendo como “pensamento crítico”, à luz de Michel Foucault, bem como situo o foco político-linguístico que adoto; em seguida, a partir de um relato de campo feito em minhas vivências em Timor-Leste, trago à tona alguns paradoxos relativos à disputa linguística promovida pelas políticas linguísticas *top-down* e *bottom-up*<sup>3</sup> do país. Pretendo analisar algumas questões que tangem a esses paradoxos buscando compreender melhor um pouco do que se vive no país, em termos da(s) língua e seu(s) uso(s). Não se trata de apontar erros ou caminhos a seguir, mas sim de contribuir para o debate sobre as políticas de língua e o papel da língua portuguesa em Timor-Leste, bem como para a produção de conhecimento nos estudos das Políticas Linguísticas Críticas.

### **Aquilo que chamo de “crítico”**

Em uma conferência proferida em 1978, Michel Foucault apresenta uma definição inicial sobre o que vem a ser a crítica e diz que “[...] ela [a crítica] é instrumento, meio para um devir ou uma verdade que ela não saberá e que ela não será, ela é um olhar sobre um domínio onde quer

---

2 Constituição da República Democrática de Timor-Leste - Artigo 13.º (Línguas oficiais e línguas nacionais) 1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste; 2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado. (RDTL, 2002)

3 Bem-Rafael (2006) considera as políticas *top-down* aquelas que são promovidas no âmbito da oficialidade institucional, enquanto que as políticas *bottom-up* referem-se ao que se disputa e negocia extra oficialmente, no âmbito das práticas cotidianas.

desempenhar o papel de polícia e onde não é capaz de fazer a lei.” (Foucault, 1990: 2) Ao construir a genealogia de seu pensamento, o filósofo aborda as dinâmicas da pastoral cristã utilizadas naquilo que denomina como “a arte de governar”, em que práticas eram usadas no governo dos indivíduos, porém, na visão do autor, eram práticas limitadas uma vez que restritas aos espaços dos conventos e seminários. A expansão dessa “arte” abrangendo outros domínios foi, na visão do francês, a construção de uma das principais questões no período humanista compreendido entre a Idade Média e o Renascimento, no qual a “arte de governar” configurou-se em “como governar”. A ampliação que Foucault (1990: 3) apregoa envolve outras dimensões da sociedade, outras dinâmicas e outras organizações de governo dos indivíduos manifestadas no sentido de: “[...] como governar as crianças, como governar os pobres e os mendigos, como governar uma família, uma casa, como governar os exércitos, como governar os diferentes grupos, as cidades, os Estados, como governar seu próprio corpo, como governar seu próprio espírito.” A essa nova configuração de governo, a qual Foucault chama de governamentalização, está intrinsecamente associada a dinâmicas que versam sobre o “como **não** ser governado?”, o que, para o autor, não se trata simplesmente de estabelecer uma oposição à governamentalização, do tipo “nós não queremos ser governados, e não queremos ser governados absolutamente”, mas uma questão advinda da inquietude provocada pelo governar e que se traduziria em: “[...] como não ser governado *assim*, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles.” (grifos do autor)

De acordo com o filósofo, trata-se não de estabelecer nova verdade, mas sim de questionar os mecanismos que contribuíram para o estabelecimento de verdades assumidas e utilizadas para o governo dos indivíduos. É um procedimento de análise de conhecimentos particulares, preceitos, métodos, confissões, toda uma gama de saberes produzidos e que contribuem para a criação do discurso de “verdade” a reboque do processo de governamentalização. A concepção foucaultiana de “crítica”, ou a “atitude crítica” que o autor defende diante deste governo dos indivíduos, portanto, não busca uma oposição no sentido de “não ser governado”, mas sim, “a arte de não de tal forma ser governado”,

[...] como maneira de suspeitar dele, de o recusar, de o limitar, de lhe encontrar uma justa medida, de o transformar, de procurar escapar a essas artes de governar ou, em todo caso, deslocá-lo, a título de reticência essencial, mas também e por aí mesmo como linha de desenvolvimento das artes de governar, [...] uma sorte de forma cultural geral, ao mesmo tempo atitude moral e política, maneira de pensar etc. (Foucault, 1990: 4)

A argumentação de Foucault para o entendimento do conceito de “crítica” converge para o questionamento dos discursos estabelecidos e legitimados como verdade não meramente no sentido

de serem verdadeiros ou falsos, ou na busca de se revelar algo “mais verdadeiro”, mas de se entender os meandros da constituição do discurso de verdade, em seus mecanismos e dispositivos<sup>4</sup> de atuação. Torna-se preciso questionar tais discursos, buscar sua genealogia e entender as relações circunstanciais que agem na produção deles, bem como as estratégias de que fazem uso para produzirem novos discursos, ressignificarem discursos antigos e imprimirem neles valor de verdade. Ou seja, temos que entender

[...] quais são as conexões que podem ser observadas entre mecanismos de coerção e elementos de conhecimento, quais jogos de emissão e de suporte se desenvolvem uns nos outros, o que faz com que tal elemento de conhecimento possa tomar efeitos de poder afetados num tal sistema a um elemento verdadeiro ou provável ou incerto ou falso, e o que faz com que tal procedimento de coerção adquira a forma e as justificações próprias a um elemento racional, calculado, tecnicamente eficaz etc. (Foucault, 1990: 14)

O posicionamento crítico que adoto em meu trabalho busca, a partir do entendimento dos mecanismos de “saber” e de “poder” relativos à língua portuguesa em Timor-Leste, analisar práticas linguísticas que trazem à tona efeitos da produção de discursos sobre a “língua”, questionando processos de discursivização e mecanismos de legitimação desses discursos como “verdade”. Assumo o “saber” como aquilo que está relacionado aos procedimentos e efeitos de conhecimento que operam em determinado domínio situado historicamente, enquanto que o “poder”, em conformidade com Foucault, permeia os mecanismos e estratégias “definíveis e definidos” aparentemente passíveis de conduzir comportamentos e/ou discursos. (Foucault, 1990: 15)

No que tange às línguas, de um modo geral, os discursos criados em nome de suas constituições, do que conta como língua e de seus papéis sociais junto às dinâmicas cotidianas dos indivíduos leva em conta saberes produzidos, produz saberes e discursos “de verdade”, formata indivíduos e estabelece relações de poder entre eles. Embora Foucault não opere no campo da ideologia, defendo – com Makoni e Pennycook (2007), Shohamy (2006) e Blommaert (2006) – que tudo o que se produz sobre a língua e a partir dela é fruto de orientações ideológicas que produzem ideologias linguísticas, entram em disputa nos campos de atuação social e fazem uso de estratégias diversas na cooptação de indivíduos para projetos dos quais esteja a reboque.

Segundo Makoni e Pennycook (2007: 1) o que sabemos sobre aquilo que entendemos por “língua”, trata-se de uma convenção que envolve, por exemplo, os critérios linguísticos para estabelecer a existência de um idioma, os debates sobre os limites entre dialeto e língua, englobando

---

4 Entendo “dispositivo” como “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos... [e entre estes] existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes, [cuja finalidade] é responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.” (Foucault, 1997: 244)

inclusive os processos sociais relativos ao desenvolvimento de ideologias coloniais e nacionalistas através de programas de alfabetização. Segundo os autores, as línguas são “inventadas” com base em discursos ideológicos que favorecem um processo de homogeneização das formas de expressão dos indivíduos, estando esse processo diretamente ligado às relações de poder entre os indivíduos e ao *status quo* que possuem.

As formas como as línguas são identificadas, descritas, delimitadas e objetivadas, tendo seus relacionamentos interpretados e hierarquizados, bem como as ações de instrumentalização dessas línguas, tudo isso é fortemente influenciado por uma ideologia de raízes colonial, imperialista e que faz uso de categorias como “raça” e “nação” para ser e estar socialmente. Os autores (2007: 3) alertam para o fato de que é necessária uma reconstituição das línguas, a partir do conhecimento da história da construção dessas línguas, repensando “criticamente” as formas como olhamos para as línguas e a sua relação com a identidade dos indivíduos. Em outras palavras, torna-se necessário ressignificar o papel das línguas nos espaços sociais partindo de um ponto de vista diferente daquele que é dado ou assumido como o “correto” ou “conveniente”, uma das tarefas da pesquisa e análise nas ditas políticas linguísticas críticas.

O terreno da política é uma arena de combate, dado que é o lugar da disputa. Por isso, segundo Shohamy (2006: 9), o estudo em políticas linguísticas busca, entre outras ações, analisar as questões provenientes das disputas linguísticas na sociedade, observar as batalhas contínuas que ocorrem quanto à correção da linguagem, quanto às variedades linguísticas de prestígio, quanto aos usos determinados das línguas, por certas pessoas, em certas ocasiões. A autora adverte também que as relações assimétricas de poder estabelecidas socialmente entre os indivíduos conduzem os discursos sobre as línguas provocando, entre outras manipulações ideológicas, rótulos para as línguas como “inapropriadas”, “ruins”, “erradas”, “línguas oficiais”, “melhores”, “corretas”, “língua padrão”, entre outras denominações. Para a autora (2006: 25),

[...] uma vez que os grupos maiores se formalizaram e institucionalizaram com o estabelecimento do Estado-nação, as decisões deveriam ser feitas em relação à adesão, inscrição, lealdade, categorias e afiliações. Este é o momento em que as comunidades começaram a estabelecer critérios e regras, escritas e / ou orais, em relação à elegibilidade para membros do grupo majoritário dominante que compartilhavam o mesmo território. (tradução nossa)<sup>5</sup>

São tais critérios que, velada ou explicitamente, promovem hierarquização, seleção e segregação social entre os indivíduos dada a língua ou variedade linguística que usam, e conforme o

---

5 “[...] once larger groups became formalized and institutionalized with the establishment of the nation-state, decisions had to be made with regard to membership, affiliation, loyalty, categories and affiliations. This is the time when communities started establishing criteria and rules, written and/or oral, regarding eligibility for memberships of the dominant majority group who shared the same territory.”

maior ou menor prestígio social atribuído a essa língua. A existência de “línguas”, de acordo com Blommaert (2006: 511), enquanto objetos contábeis e nomeados, constitui em um efeito poderoso da ideologia linguística, oriundo de “um processo longo de construção e elaboração de uma metafísica da mente versus o mundo, dentro do qual, o eu cartesiano como signo com o mundo como seu objeto, vem à tona.” (tradução nossa)<sup>6</sup>

Diante do exposto nesta seção, acredito ser de importância capital deslocar o sentido de “língua” assumido pelo senso comum, ou descolá-lo de matrizes pré-estabelecidas, tentando identificar, conforme Blommaert (2006: 12), o alcance de um conjunto de aspectos metapragmáticos projetados no uso de um idioma situado, analisando-os criticamente, deslocando do que aparenta ser estável, “natural”, descontextualizado sócio, histórica e politicamente. O uso dos idiomas, as práticas de linguagem e as políticas de língua enfatizam, direta ou indiretamente, o fato de que é a língua o resultado de uma construção ideológica e, portanto, envolve poder, autoridade e controle. Na seção seguinte pretendo aprofundar esses aspectos críticos a partir da análise de uma situação vivida por mim no exercício docente em Timor-Leste.

### **Timor-Leste: um caleidoscópio linguístico**

Ao entrar na sala de aula para mais um dia de trabalho com alunos do curso de Geologia e Petróleo, da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, em Hera<sup>7</sup>, deparei-me com um grupo de cinco alunos que aguardava minha chegada do lado de fora, em animada conversação conduzida em línguas que eu não reconhecia e, às vezes, em tétum, aquela com a qual eu tinha já alguma familiaridade. Perguntei-lhes em que língua conversavam, eles riram muito, talvez por conta de uma situação que sabiam ser estranha aos *malae*<sup>8</sup>, talvez porque estivessem envergonhados por não estarem falando em português e terem sido “descobertos” pelo seu professor, ou por uma outra razão que me escapou naquele momento. Riram, e rindo me responderam que falavam em língua *mambae*<sup>9</sup>, “porque aqueles colegas todos eram de Ainaro”, justificou um dos alunos rapidamente. “Mas também usa o língua indonesia em conjunto, professor”, completou uma das alunos do grupo. “Mas eu falo em tétum, professor, porque agora já em Díli então língua *mambae* não importante”, justificou-se o terceiro aluno que ali estava. Os outros dois não disseram nada, apenas riam, o que me motivou a perguntar-lhes – especificamente a esses dois alunos – se eles falavam língua *mambae* também. A resposta foi um “sim”, meio envergonhado, gaguejado, e complementaram: “mas quando tem que falar português nós fala... (nós falamos, corrigiu o colega da dupla)... sim... nós falamos... é... falamos (concordou o outro)... mas agora nós descansa e fala *mambae*... ou tétum... ou língua indonésia...” Rimos todos, entramos para dar

---

6 “[...] of long historical processes of construction and elaboration of a metaphysics of mind vs. world within which the Cartesian self as sign, with the world as its object, comes into view.”

7 Subdistrito de Díli, capital do país.

8 (Tétum) Estrangeiro, importado, que não é autóctone. (COSTA, 2001)

9 Língua presente em grupos etnolinguísticos do sul de Timor-Leste, principalmente nos distritos de Ainaro e Manufahi.

início à aula, mas minha mente fervilhava de inquietações... (Anotações pessoais de campo, 10 de abril de 2012)<sup>10</sup>

Escolhi fazer essa discussão a partir de minhas próprias vivências em Timor-Leste, com seus desafios e provocações como os que exponho na epígrafe desta seção. A situação narrada é corriqueira e pode ser facilmente vivenciada nos mais diversos espaços sociais de convivência, em que as conversações são realizadas em uma língua – geralmente o tétum e quase nunca a língua portuguesa – com inserções de outras línguas nacionais, ou mesmo da língua indonésia, em termos e expressões específicas, ou em alternância com a língua predominante da conversação, aliada à presença, em algumas circunstâncias, da língua inglesa. No caso narrado, alguns aspectos se destacam e merecem uma análise mais pontual no sentido de entendermos um pouco como funciona esse “caleidoscópio linguístico” timorense, observando o que é da ordem do “dito” e do “não dito”, elementos constituidores do discurso<sup>11</sup> e que muito têm a dizer sobre a questão linguística timorense.

Esse cenário de visível expressão multicultural, dependendo da situação, envolve os idiomas mencionados na Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) (2002) – português, tétum, inglês e indonésio – bem como as demais línguas nacionais – 21 línguas, segundo o site Ethnologue (2018) – com maior ocorrência em circunstâncias informais. O fato, que inicialmente me causou espanto, trata-se na verdade da materialização do que García (2009: 140) chama de *translanguaging*, que aqui traduzo como translinguagem (ou translíngua), a qual seria

o ato, realizado por bilíngues, de acessar diferentes características linguísticas, ou vários modos daquilo que se descreve como línguas autônomas, a fim de maximizar o potencial comunicativo. A abordagem do bilinguismo não deve se centrar nas línguas, como tem sido visto frequentemente, mas nas práticas dos bilíngues que são facilmente observáveis, a fim de dar sentido aos seus mundos multilíngues. A translinguagem, portanto, vai além do que foi chamado de alternância de código (*codeswitching*), embora a inclua<sup>12</sup> (tradução nossa)

A prática da translinguagem é comum nos ambientes timorenses, mais particularmente em seus usos informais, nas conversações cotidianas presenciais e nas redes sociais. A alternância entre

---

10 Transcrevo a fala dos alunos timorenses tal como eles a produziram e, a despeito de uma regulamentação metodológica questionável, não utilizo qualquer marcação que, de alguma forma, promova juízo de valor sobre a forma do que está sendo dito, tentando manter uma coerência epistemológica e uma fidelidade linguística que considero apropriada a essa discussão.

11 “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 2014: 8-9)

12 “Translanguaging is the act performed by bilinguals of accessing different linguistic features or various modes of what are described as autonomous languages, in order to maximize communicative potential. In its approach to bilingualism that is centered, not on languages as has often been the case, but on the practices of bilinguals that are readily observable in order to make sense of their multilingual worlds. Translanguaging therefore goes beyond what has been termed codeswitching, although it includes it.”

os idiomas visava facilitar o processo comunicativo entre os timorenses em situações em que o emprego de vocábulos ou mesmo expressões inteiras de uma língua eram comumente usados no decorrer do uso de outra língua.<sup>13</sup> Os timorenses lidam com o fenômeno da translíngua de forma natural, sem causar, aparentemente, qualquer conflito entre eles. O mesmo não acontecia com os estrangeiros – portugueses, brasileiros e australianos – que viam com espanto, curiosidade e até com temor esse tipo de prática. Havia um sentimento de “desconfiança” ou certa incompreensão por parte de indivíduos estrangeiros quando se deparavam com situações desse tipo, havendo inclusive os que diziam ser esta prática “um problema para o aprendizado da língua portuguesa” pelos timorenses. Embora seja assunto para uma outra discussão, o posicionamento dos estrangeiros em Timor-Leste em muito acentua a questão linguística do país através dos mitos e crenças linguísticas que reproduzem, de uma presumida “superioridade” frente aos timorenses e da emergência criada por políticas nacionais e internacionais em torno de uma necessidade quanto à língua portuguesa, o que não é comungado pela maioria dos timorenses.

A partir da fala dos alunos, destaco a relação entre *malae* e *ema timor*<sup>14</sup> a qual demonstra-se amistosa, porém com tensões veladas, sutis, muitas das quais os três anos de interação e convivência efetiva com diversos timorenses não foram para mim suficientes a fim de esclarecer-me as razões. No que tange à questão linguística no caso narrado, para além da tensão óbvia de que eu era um professor e estrangeiro e eles eram meus alunos que foram interrompidos em seu momento de descontração, uma das tensões que me desperta atenção é o fato de que sabiam de antemão que eu estranharia o fato de falarem o *mambae*. Nós já havíamos trocado algumas palavras em língua tétum – os alunos muito me ajudaram no aprendizado deste idioma – e, portanto, sabiam que mesmo não sendo fluente nesta língua, eu a reconheceria, mas não seria eu capaz de reconhecer o *mambae*. A translíngua ali praticada com naturalidade, para mim era, no mínimo, fato curioso dado a minha origem social brasileira, vindo de um país em que o monolíngua – fruto de um projeto colonial de governo – predominava. Eles, de alguma forma e em algum nível, tinham consciência desse meu estranhamento, dada a reação que tiveram de rir nervosamente – da minha interrupção, de minha pergunta, e talvez meu tom de voz e expressões corporais – e de prontamente me explicarem o que acontecia naquele momento. Em outras ocasiões, pude vivenciar situações semelhantes, em que timorenses, fazendo uso pleno de seus repertórios linguísticos em suas práticas corriqueiras, tiveram que explicar a estrangeiros, ou mesmo justificar, o uso que faziam dos

---

13 Um exemplo prático dessa situação acontece quando, em um mercado de rua, por exemplo, as informações sobre os produtos são dadas majoritariamente em tétum, com uma ou outra inserção do português – muito mais para facilitar a compreensão dos estrangeiros – mas os valores comumente eram ditos em língua indonésia, pelo fato de os números serem “mais facilmente ditos” nessa língua, em relação ao tétum.

14 (tétum) Ema = pessoa; indivíduo; gente. (COSTA, 2001) Ema timor = gente de timor; timorense.

idiomas, fato que me leva ao segundo aspecto que quero abordar sobre a questão posta: as relações de poder.

Além do fato de eu ser um estrangeiro, eu também estava ali na condição de professor, o que em Timor-Leste possui um significado que já se modificou no Brasil. Por um lado, conserva-se uma ideia do professor como detentor do conhecimento, talvez uma herança da educação tecnicista indonésia juntamente à formação tradicional católica. Por outro lado, os timorenses tratam os professores – sobretudo os que são estrangeiros – com um nível de reverência que em muito se baseia nas duas razões expostas antes, mas também é relativa ao momento pós-conflito de Timor-Leste em que não havia professores suficientes no país e aqueles que se voluntariavam para o exercício da docência recebiam essa deferência por estarem “ajudando Timor”<sup>15</sup>.

O discurso da “ajuda” aparentemente mascara o papel de “agente”, no sentido bourdieusiano do termo<sup>16</sup>, que o professor exerce nos campos em que atua, que, em Timor-Leste, não se restringe à universidade ou à educação. É um discurso que se vale da condição do país para sustentar-se, mas que em muito se assemelha também a discursos coloniais utilizados no sentido de convencer indivíduos portugueses a morar nas colônias, “ajudando” a promover o “desenvolvimento” das colônias – a reboque de um processo civilizatório e com a associação da Igreja no âmbito do Padroado do Oriente –, numa visão superficial, mas sobretudo visando o crescimento e o fortalecimento do império colonial.<sup>17</sup> Cabe muitas vezes ao professor a tarefa de se apropriar de um discurso construído como “oficial”, reproduzi-lo didaticamente sob forma de ensinamento e transmissão de conhecimento, fazendo uso de estratégias retóricas e pedagógicas, auxiliando significativamente na formação de um discurso recontextualizado e ressignificado como “discurso do povo”. Essa atuação docente, movida por orientações ideológicas, atua em cada singularidade do evento discursivo no sentido de “facilitar” – e até manipular – a construção de sentidos linguísticos e extralinguísticos, num processo que Blommaert (2006: 514) chama de “plenitude dialética da indexicalidade”.<sup>18</sup> O professor é, portanto, colocado socialmente em uma situação hierarquicamente superior em relação aos alunos, fato agravado quando o professor é estrangeiro, configurando uma

---

15 Esta expressão foi por mim ouvida diversas vezes em variadas ocasiões. De um modo geral, quem “ajuda a Timor”, na visão dos timorenses, merece todo apreço e afeto do povo que, dizem, “precisa da ajuda para sobreviver e desenvolver.” Muitas vezes, em contrapartida a essa “ajuda” prestada, somos convidados à casa dos timorenses, ou a cerimônias de aniversário, batizados, comunhões, casamentos, rituais religiosos tradicionais etc. Nessas oportunidades, nos oferecem comidas típicas, *tais* (tecido típico timorense tecido artesanalmente em teares manuais), artefatos típicos em palha, ou até galinhas, dependendo do nível de deferência.

16 Os agentes são, para Bourdieu, indivíduos ou instituições, os quais possuem capitais simbólicos de forma diferenciada, o que acaba por estabelecer posições hierárquicas entre eles, criando espaços de ação próprios, a partir das relações de poder estabelecidas. (Bourdieu, 1989)

17 “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.” (Governo de Portugal, Acto Colonial, Art.2º, 1930)

18 “dialectical plenitude of indexicality”.

relação de poder desigual concedida em nome da “ajuda”, valendo-se do estigma do pós-conflito e do subdesenvolvimento, nos quais os estrangeiros, assumidos como mais preparados e com autoridade conferida institucionalmente, estão no país para promover o desenvolvimento, o qual, no meu caso, viria com a língua portuguesa. O professor é, portanto, um agente político tanto junto aos seus alunos, quanto junto à sociedade no todo, na qual tem papel reverenciado por representar o “saber”. Essa é a crença local e a forma como as dinâmicas sociais acontecem em torno da figura do professor no país, o que muito explica o excesso de justificativas dado pelos alunos no momento em que foram por mim interceptados falando uma língua que não era aquela que lhes conferiria o pretendido “desenvolvimento”.

A pressão social sobre os jovens timorenses é constantemente exercida por suas famílias, pelos professores timorenses, pelo Estado, pela Igreja, pela comunidade internacional, dentre outras instituições. É “ensinado aos mais jovens que eles irão reconstruir o país, fazendo valer a morte dos heróis da guerrilha de resistência”. Logo, ao serem “descobertos” por mim, alguém que representava esse grupo opressor, certamente evocou um certo sentimento de culpa que lhes motivou tantas explicações. A situação talvez tenha sido um pouco agravada quando eu, desavisadamente e ignorando a complexidade da situação naquele momento, dirigi minha indagação aos dois alunos que mantinham-se quietos até então. O nervosismo desses dois foi diferente, talvez mais tenso que o daqueles que trataram logo de falar em nome de todos os colegas, o que lhes fez inclusive gaguejarem e, ao mesmo tempo, desculparem-se ao dizer que usavam a língua portuguesa quando necessário. Neste momento, um deles foi além, corrigindo a fala do colega na minha frente, em clara demonstração do conhecimento gramatical, da demonstração social da língua “boa”, “correta” e “aceitável” (Shohamy, 2006) e do quão tensos estavam ao serem por mim interpelados. Ao que parece, foram evidenciadas algumas crenças que normalmente as pessoas possuem em torno do conceito de língua, crenças construídas socialmente, como parte das políticas linguísticas que vivenciam.

Uma das crenças mais comuns que existem entre os seres humanos, e que ali estavam evidentes, é a de que umas línguas são “melhores” que outras, “mais desenvolvidas” ou “superiores” a outras que, marginalizadas, produzem exclusão social de seus falantes, imposição de idiomas de prestígio, preconceito linguístico e uma série de falácias e mitos cuja origem é política e movida por ideologias que precisam ser analisadas criticamente. Tudo isso, segundo Shohamy (2006: 40), é consequência do fenômeno de formação dos Estados-nação, os quais elencaram a língua responsável pela unificação nacional em um discurso de caráter hegemônico, provocando verdadeiras batalhas linguísticas pela sobrevivência das línguas minoritárias, geralmente excluídas das políticas linguísticas nacionais. No caso em questão, a língua *mambae* era visivelmente a de

menos prestígio e a língua portuguesa, a de maior valorização, lembrando que, enquanto esta última ocupa o estatuto de “língua oficial”, a outra faz parte de um todo indefinido nomeado como “línguas nacionais”, as quais devem, genericamente, ser “[...] valorizadas e desenvolvidas pelo Estado.” (RDTL, 2002, art.13º, §2)

Havia em seus gestos e olhares uma certa vergonha ao denunciar estarem falando *mambae*, o que me induz a pensar que os jovens são conduzidos a terem esse sentimento em relação às suas línguas autóctones, como se revelassem ideias de “atraso” ou “primitivismo”, o que é demasiado preocupante uma vez que as línguas não existem sem seus falantes, as pessoas que as representam e que, conseqüentemente, estariam sendo julgadas com igual depreciação. As crenças linguísticas também se refletem na exposição “certa” ou “errada” da língua, que revela um preciosismo linguístico que lhes foi inculcado, em detrimento do aspecto comunicativo da língua. Não bastava falar, era preciso falar “corretamente”. Talvez para não me causarem qualquer sentimento de reprovação, dado que estavam falando a língua de maior prestígio, uma língua que não era deles, e na minha frente, situação que exigia, na visão deles, todo monitoramento linguístico necessário para “me impressionar” ou, no mínimo, não serem por mim repreendidos. Em outras palavras, é possível dizer que, em algum nível e de alguma forma, a língua *mambae* foi afetada em seu aspecto identitário e de representatividade junto àqueles alunos, fenômeno que pode ter já ocorrido com outras das chamadas “línguas nacionais”, e perder representatividade é uma forma de suprimir a participação política daqueles que encontram-se inscritos em determinado grupo social e forçá-los a uma adesão em outro grupo, o qual nem sempre foram democraticamente partícipes de sua constituição e organização.

Há uma outra questão linguística que emerge nesta situação narrada e que quero discutir aqui: o papel da língua indonésia em Timor-Leste. É sabido que, por conta da presença violenta do governo indonésio em Timor<sup>19</sup>, os indonésios, sobretudo os javaneses, não são bem quistos junto a boa parcela dos timorenses. O genocídio promovido, o controle militar, a proibição da língua portuguesa no país, dentre muitos outros atos violentos, marcam negativamente a presença indonésia em Timor-Leste, de forma que quase silenciam opressões próprias do sistema colonial a que o país esteve submetido ao comando de Portugal. Entretanto, uma geração nasceu e foi educada durante o período da invasão, tendo como língua de instrução e de convívio social o *bahasa*<sup>20</sup> indonésio, juntamente ao tétum. Para muitos jovens timorenses, essa é a língua que mais os identifica, a qual lhes aproximou dos saberes e das artes, bem como lhes possibilitou a interação com os muitos indonésios que vieram viver em Timor, oportunizando relações de amizade e mesmo

---

19 Desde a invasão de 1975 até o referendo de 1999.

20 Termo do malaio, de uso comum dentre os timorenses, significando “língua”.

matrimônios, muitos dos quais ocorreram à revelia das pressões políticas existentes. A língua indonésia, ainda que através de um processo impositivo, foi língua de ampla veiculação nacional em ambientes de prestígio, tolerando o tétum, abominando o português e ignorando as línguas nacionais, de modo que ocupou um lugar de privilégios sobre estas. Daí vem a fala do aluno em querer justificar que o uso da língua *mambae* estava sendo entremeado com o uso da língua indonésia, talvez um “atenuante” naquele momento de emprego linguístico de uma língua supostamente descontextualizado. Constitucionalmente, a língua indonésia adquiriu o estatuto de “língua de trabalho”, ao lado da língua inglesa, tendo seu uso aparentemente restrito às situações administrativas e por tempo limitado<sup>21</sup>. Entretanto, é ilusória a ideia de que essas limitações serão respeitadas, além de ser problemático o fato de que, ao menos na Constituição da República, o tratamento dado à língua indonésia não contemple a representatividade identitária a qual está atrelada significativamente. Para além disso, vale destacar com Shohamy (2006: 41) que

A língua no estado-nação atual tem uma série de papéis cruciais a desempenhar à medida que os grupos percebem seu valor para a manipulação e para a obtenção de poder; eles, entretanto, usam isso como uma ferramenta de batalha por controle, visibilidade e representação. É um ato que expressa identidades “nacionais” (ou outras entidades), muitas vezes incorporadas em história e culturas compartilhadas; é “ideológico” porque está associado a aspirações de unidade, lealdade e solidariedade, patriotismo; é “social” porque é percebido como símbolo de status, poder, identidade de grupo e pertença, e é “econômico” porque o conhecimento de uma linguagem pode ser vinculado a diferentes tipos de consequências econômicas, positivas ou negativas.<sup>22</sup> (tradução nossa)

No tocante à língua portuguesa, ficou explícito o desconforto dos alunos, revelando que falar uma “língua nacional” em ambiente universitário, sobretudo na presença do professor (estrangeiro) de língua portuguesa, configura uma atitude “inadequada”, dado que, com base na reação nervosa dos alunos, poderia gerar conflitos, exigiria explicações e produziria embaraços desnecessários. Fica evidente também que o uso da língua portuguesa tem o papel político unificador em torno de um projeto de Estado-nação que evoca ideologias linguísticas em nome de um “desenvolvimento”, tendo como relevante suporte político e econômico a aliança e os acordos de cooperação mantidos com os países-membros da CPLP. Na hora de unirem esforços “pelo bem do país”, os alunos são compelidos a buscar o aprendizado e o uso da língua portuguesa e, nos

---

21 Constituição da República Democrática de Timor-Leste - Artigo 159.º (Línguas de trabalho) - A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário. (RDTL, 2002)

22 “Language in the current nation-state has a number of crucial roles to play as groups realize its value for manipulation and for obtaining power; they therefore use it as a tool in the battle for control, visibility and representation. It expresses “national” (or other entities) identities, often embedded in shared history and cultures; it is “ideological” because it is associated with aspirations of unity, loyalty and solidarity, patriotism; it is “social” because it is perceived as symbols of status, power, group identity and belonging, and it is “economic” because knowledge of a language can be linked to different types of economic consequences, positive as well as negative.”

momentos de “descanso” como dizem, falam outras línguas, as quais aparentemente não possuem esse papel tão complexo, as quais – muitas delas – não recebem nem são tratadas por “línguas”, mas dialetos, por não terem ainda sido submetidas ao que Makoni e Pennycook (2007: 20) chamam de “dispositivo regulador da linguística”<sup>23</sup>, herança de uma linguística a reboque do projeto colonial, segundo os autores.

Diante da discussão exposta, a arte de não ser governado pela maneira que está posta, retomando Foucault, talvez seria submeter as políticas linguísticas de Timor-Leste a uma análise crítica que levasse em conta critérios outros daqueles que motivaram a organização do que hoje constrói os discursos existentes em torno das línguas no país, de forma mais ampla, e da língua portuguesa, sendo mais específico. Penso ser necessária uma discussão sobre o papel coercitivo que esse idioma está desempenhando sobre os demais idiomas do país, o que acaba por transformar o multilinguismo próprio das práticas linguísticas em problema e as práticas de translinguagem em situações constrangedoras desnecessárias para os timorenses. Pensar numa política linguística crítica requer abrir mão de uma linguística colonial que hierarquiza idiomas a partir do estabelecimento de *status* entre as línguas e democratizar o uso e o acesso às línguas existentes, promover a coabitação entre tais línguas. Trata-se, na verdade, de buscar políticas tais que favoreçam as escolhas linguísticas dos indivíduos sem que precisem travar batalhas para se fazerem respeitados, mas que antes haja a promoção da negociação. Sem que etnias sejam esquecidas e privilégios sejam dados em nome de mitos e crenças que já não dão mais conta da diversidade cultural de Timor-Leste, mas que haja uma preocupação maior com a inclusão e o empoderamento dos grupos etnolinguísticos do país.

### **Tentando concluir**

Propus neste artigo uma discussão num viés que se pretende crítico no sentido de não querer aceitar os discursos dominantes, tal como apregoa Foucault, buscando outras formas possíveis de análise e entendimento das situações, como, neste caso, questionar as políticas linguísticas oficiais de Timor-Leste a partir de suas repercussões nas práticas linguísticas dos timorenses. Foi relatado, então, uma das diversas situações que vivenciei em termos de práticas de translinguagem e multilinguismo em Timor-Leste e, com base nesta situação narrada, busquei ilustrar aquilo que chamo de “caleidoscópio linguístico”, em que as dinâmicas sociais se desenvolvem no país, de forma corriqueira para os timorenses, mas que chamam a atenção de estrangeiros advindos de contextos linguísticos construídos ideologicamente como monolíngues.

---

23 “regulatory apparatus of linguistics”.

Do estranhamento veio a reflexão e a análise aqui compartilhada sob forma de discussão no que tange às ideologias linguísticas, às crenças e mitos linguísticos, aos discursos produzidos e ao reflexo de todos os mecanismos, ou dispositivos de poder, utilizados em torno da língua portuguesa, mais pontualmente, e das demais línguas em uso pelos timorenses. Defendi que, em uma análise que se proponha como crítica, todas as circunstâncias devem ser observadas por prismas diferenciados e, o caso trazido para estudo, busquei analisar os agentes envolvidos na situação-caso, as questões contextuais sócio-históricas, os aspectos políticos agravantes e as concepções daquilo que conta como “língua” na visão dos atores partícipes do caso analisado.

Embora o que se observa não é um erro a ser consertado, mas uma série de circunstâncias e critérios de conduta que precisam ser constantemente revisados e analisados, em busca de uma menor desigualdade de tratamento e de políticas linguísticas mais democráticas, o caso destaca que políticas linguísticas *top-down*, quando não construídas de forma a contemplar a diversidade cultural de um grupo de indivíduos, promove dissociações nas políticas *bottom-up* capazes de favorecer um sistema de privilégios e exclusões sociais, aumentando as tensões e disputas entre os indivíduos do grupo. O assunto é vasto e a discussão não se esgota com este estudo, mas a investigação em Políticas Linguísticas Críticas segue não no sentido de encontrar resultados, mas sim de compreender escolhas, avaliar processos e fenômenos e ressignificar os discursos por meio de visões diferentes das adotadas oficialmente.

## Referências Bibliográficas

BEN-RAFAEL, E.; SHOHAMY, E.; AMARA, M.; TRUMPER-HECHT, N. [2006]. *Linguistic Landscape as Symbolic Construction of the Public Space: the Case of Israel*. In: International Journal of Multilingualism, 3: 1. [S.l.]: Routledge, p. 7-30.

BLOMMAERT, J., [2006]. *Language Ideology*. In: Keith Brown (Editor-in-Chief). Encyclopedia of Language & Linguistics. Second Edition, volume 6. Oxford: Elsevier, p. 510-522.

BOURDIEU, P., [1989]. *O Poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, Coleção Memória e Sociedade.

COSTA, L., [2001]. *Dicionário Tétum-Português*. Lisboa: Instituto Camões.

ETHNOLOGUE [2018]. *East timor languages*. Disponível em <<https://www.ethnologue.com/country/tl/languages>>, acesso em 15 mar. 2018.

FOUCAULT, M., [2014]. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 de. São Paulo: Edições Loyola. [L'ordre du discours, 1970].

FOUCAULT, M., [1997]. *Microfísica do Poder*. 26. ed. São Paulo: Graal.

FOUCAULT, M., [1990]. *O que é a crítica?* [Crítica e Aufklärung]. Tradução: Gabriela Lafetá Borges; Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em < <http://michel-foucault.weebly.com/textos.html>>, acesso em 29 jan. 2017. [Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie Vol. 82, n° 2, pp. 35 - 63, avr/juin - Conferência proferida em 27 de maio de 1978].

GARCÍA, O., [2009]. *Education, multilingualism and translanguaging in the 21st century*. In: PANDA, M.; PHILLIPSON, R.; SKUTNABB-KANGAS, T. *Multilingual Education for Social Justice: Globalising the local*. New Delhi: Orient Blackswan (former Orient Longman), p. 140-158.

GOVERNO DE PORTUGAL, [1930]. Acto Colonial, Art.2º.

MAKONI, S.; PENNYCOOK, A., [2007]. *Disinventing and Reconstituting Languages*. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon, England: Multilingual Matters, p. 1-41.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE (RDTL), [2002]. *Constituição*. Disponível em <[http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/constituicao\\_rdtl\\_pt.pdf](http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/constituicao_rdtl_pt.pdf)>, acesso em 13 mar. 2018.

SHOHAMY, E., [2006]. *Language Policy: Hidden agendas and new approaches*. London and New York: Routledge.

WEBER, M., [2005]. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução: Leonidas Hegenberg; Octany Silveira da Mota. São Paulo: Ed. Cultrix. [Wissenschaft Als Beruf; Politik Als Beruf, 1918].